

Relatório Completo 14/01/2016 às 17:08:31

Total de (19) Proposições.

PLS 642/2015

Autor: Senador Magno Malta

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas para incentivo à fidelidade de clientes modificado em 30/09/2015 às 15:53
O que é	Estabelece que, nos programas para incentivo à fidelidade de clientes por acúmulo de bonificações ao consumir determinados produtos ou serviços, os consumidores deverão ser informados com 90 dias de antecedência sobre qualquer alteração no regulamento. Determina que as bonificações são pessoais e intransferíveis, salvo em caso de sucessão ou herança, e não poderão ter prazo máximo de validade. modificado em 30/09/2015 às 15:53
Situação	Prazo aberto 01/10/2015 - Recebimento de emendas perante as Comissões Último local: 25/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Último estado: 25/09/2015 - AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS modificado em 30/09/2015 às 15:53
Nossa Posição	modificado em 15/10/2015 às 16:24

PLS 612/2015

Autor: Senador Hélio José

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	destinação do Fundo Nacional de Aviação Civil para indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície. modificado em 30/09/2015 às 15:52
O que é	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para autorizar a utilização do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC para pagamento de indenização de danos causados por acidentes aéreos a terceiros na superfície, assegurado o direito de regresso da União contra o proprietário ou o explorador da aeronave, os demais responsáveis e as respectivas companhias seguradoras. modificado em 30/09/2015 às 15:52
Situação	Último local: 24/09/2015 - Comissão de Assuntos Econômicos Último estado: 24/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:52
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:52

PLC 124/2015

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB -MT)

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	programas de fidelidade modificado em 30/09/2015 às 15:50
O que é	Dispõe sobre o tratamento dado aos pontos creditados em nome do consumidor por programas de fidelidade ou redes de programa de fidelidade, fixa os prazos prescricionais, as comunicações obrigatórias dos administradores e a penalidade por descumprimento da lei. modificado em 30/09/2015 às 15:50
Situação	Relator atual: Ronaldo Caiado Último local: 17/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Último estado: 17/09/2015 - MATÉRIA COM A RELATORIA modificado em 30/09/2015 às 15:50
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:50

PLS 241/2015

Autor: Senador Ronaldo Caiado

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora modificado em 30/09/2015 às 15:48
O que é	Altera a Lei nº 9.986/00, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, para fixar regras para a nomeação de diretor de agência reguladora. modificado em 30/09/2015 às 15:48
Situação	04/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 04/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:48
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:48

PLS 207/2015

Autor: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Relator:

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	indicação de dirigentes de Agências Reguladoras modificado em 30/09/2015 às 15:46
O que é	Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.986/2000 (Lei de Gestão de Recursos Humanos das Agências Reguladoras), para determinar que as agências reguladoras terão Conselheiros ou Diretores para fins de substituição ou interinidade. Na falta de indicação pelo Presidente da República para cargo vago, em até 120 dias, o Senado Federal apreciará a escolha do dirigente interino, como se indicado fosse. modificado em 30/09/2015 às 15:46
Situação	01/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 01/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:46
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:46

PEC 40/2015

Autor: Senador Eunício Oliveira e outros

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Outros Projetos **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	indicação de dirigentes de Agências Reguladoras modificado em 30/09/2015 às 15:45
O que é	Altera os arts. 52, inciso III, e 84, inciso XIV, e acrescenta parágrafo ao art. 84 da Constituição Federal, para estabelecer a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes de agências reguladoras, que serão nomeados pelo Presidente da República. Estabelece hipótese de transferência da competência de nomeação desses dirigentes para o Senado Federal. modificado em 30/09/2015 às 15:45
Situação	01/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Último estado: 01/09/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR modificado em 30/09/2015 às 15:45
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:45

PL 3102/2015

Autor: Deputado Luis Tibé - PTdoB/MG

Relator:

Status: encerrado **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	alimentação em aeroportos modificado em 30/09/2015 às 15:35
-------------	--

O que é	Dispõe sobre os preços da alimentação em aeroportos modificado em 30/09/2015 às 15:35
Situação	25/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 30/09/2015 às 15:35
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:35

PL 3011/2015

Autor: Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Relator:

Status: encerrado

Tema: Regulação Tarifária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Acrescenta itens ao anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que fixa os valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil. modificado em 30/09/2015 às 15:30
O que é	Acrescenta itens ao anexo III da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que fixa os valores da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil. modificado em 30/09/2015 às 15:30
Situação	25/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-1233/2015. Por oportuno, determino que a CFT (mérito e art. 54 do RICD) seja incluída na composição da Comissão Especial que irá apreciar o PL 16/2015 e seus apensados. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária modificado em 30/09/2015 às 15:30
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:30

PL 2960/2015

Autor: Poder Executivo

Relator:

Status: encerrado

Tema: Tributação

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária modificado em 30/09/2015 às 15:29
O que é	Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita não declarados, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, e dá outras providências modificado em 30/09/2015 às 15:29

Situação	<p>10/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <p>Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Urgência art. 64 CFEm razão da distribuição por mais de três comissões de mérito, determino a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD.</p> <p>10/09/2015 - PLENÁRIO (PLEN)</p> <p>Prazo de emendamento em Plenário: 5 sessões a partir de 11/09/2015, em razão da Urgência Constitucional a este apresentada.</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:29</p>
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:29

PL 2845/2015

Autor:	Deputada Mainha - SD/PI	Relator:	
Status:	encerrado	Tema:	Configuração de Aeronaves
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Não
Foco	<p>licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s)</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:26</p>		
O que é	<p>Dispõe sobre o licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) e aeronaves remotamente pilotadas (ARP"s), bem como os aparelhos intitulados "DRONES", de emprego militar ou comercial, e dá outras providências.</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:26</p>		
Situação	modificado em 30/09/2015 às 15:26		
Nossa Posição	<p>04/09/2015 - Apense-se à(ao) PL-16/2015. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:26</p>		

PL 16/2015

Autor:	Deputado Otavio Leite - PSDB/RJ	Relator:	
Status:	encerrado	Tema:	Configuração de Aeronaves
		Prioridade:	Não
		Notas Técnicas:	Não
Foco	<p>licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s)</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 15:24</p>		
O que é	<p>Estabelece regras sobre o licenciamento e operação de veículos aéreos não tripulados (VANT"s) e aeronaves remotamente pilotadas (ARP"s), bem como os aparelhos intitulados "DRONES", e dá outras providências.</p>		

modificado em 30/09/2015 às 15:24

Situação

06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Viação e Transportes; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)Em razão da distribuição a mais de três Comissões de mérito, consoante o que dispõe o art. 34, inciso II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária

modificado em 30/09/2015 às 15:24

Nossa Posição

modificado em 30/09/2015 às 15:24

PL 2969/2015

Autor: Deputado Newton Cardoso Jr - PMDB/MG

Relator:

Status: encerrado

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

veículos aéreos não tripulados de emprego militar

modificado em 30/09/2015 às 15:19

O que é

Esta lei torna obrigatório o registro de veículos aéreos não tripulados (VANT) de emprego militar.

modificado em 30/09/2015 às 15:19

Situação

29/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Indeferido o Requerimento n. 3.022/2015, conforme despacho do seguinte teor: " Declaro prejudicado, nos termos do art. 164, I, do RICD, o Requerimento n. 3.022/2015, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 2.969/2015 e o Projeto de Lei n. 16/2015 já tramitam conjuntamente. Publique-se. Oficie-se."

modificado em 30/09/2015 às 15:19

Nossa Posição

modificado em 30/09/2015 às 15:19

PL 2303/2015

Autor: Deputado Aureo - SD/RJ

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Justificativa

trata-se de programas de milhagem e não há interesse em manter acompanhamento

adicionada em 26/11/2015 às 16:43

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:37

O que é

Dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central

modificado em 29/09/2015 às 12:37

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:37

Nossa Posição

Gv - 18/set /15 - Sugerimos que as empresas sejam ouvidas a respeito.

modificado em 26/11/2015 às 15:10

PLS 52/2013

Autor: Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

Relator: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Status: encerrado

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras
modificado em 29/09/2015 às 11:53

O que é

Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências
modificado em 29/09/2015 às 11:53

Situação

SF - CCJ, em 08/04/2015: com o Relator, Senador Walter Pinheiro
28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
modificado em 29/09/2015 às 11:53

Nossa Posição

CONVERGENTE
O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras.

modificado em 29/09/2015 às 11:53

PL 6484/2013

Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

Status: encerrado **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

Justificativa	referente a programa de milhagens. arquivado. adicionada em 30/09/2015 às 14:50
Foco	Regular programa de milhagem Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 29/09/2015 às 09:59
O que é	Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas. modificado em 29/09/2015 às 09:59
Situação	CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ) modificado em 29/09/2015 às 09:59
Nossa Posição	DIVERGENTE O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores. modificado em 29/09/2015 às 09:59

PL 4015/2012

Autor: Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Status: encerrado **Tema:** Relações de Consumo **Prioridade:** Sim **Notas Técnicas:** Não

Justificativa	referente a programa de milhagens. arquivado. adicionada em 30/09/2015 às 14:49
Foco	Regular programas de milhagens Árvore de apensados e outros documentos da matéria modificado em 28/09/2015 às 17:46
O que é	Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados. modificado em 28/09/2015 às 17:46
Situação	CD ? CCJC , aguardando parecer do relator, Dep. Efraim Filho (DEM-PB) 26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor

19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.
 07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015).
 05/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado o Parecer
 08/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

modificado em 28/09/2015 às 17:46

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.

A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.

modificado em 28/09/2015 às 17:46

PL 156/2007

Autor: Deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA)

Relator: Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

Status: encerrado

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Justificativa

Projeto relacionado a programas de milhagem e arquivado.
 adicionada em 30/09/2015 às 10:59

Foco

Programa de milhagem
 Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 17:18

O que é

Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.
 modificado em 28/09/2015 às 17:18

Situação

CD - CTASP, em 15/04/2015, aguardando parecer do relator Dep. Ademir Camilo (PROS-MG), pela aprovação na forma de substitutivo.
 19/08/2015 - Sujeito a arquivamento. Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 20/08/2015).

modificado em 28/09/2015 às 17:18

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração

Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.

O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

modificado em 28/09/2015 às 17:18

PL 7812/2014

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

Status: encerrado

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Criar mais uma profissão nos setores de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:38

O que é

Dispõe sobre a profissão de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, e dá outras providências.

modificado em 28/09/2015 às 16:38

Situação

CD ? CVT, Aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)
modificado em 28/09/2015 às 16:38

Nossa Posição

DIVERGENTE

A proposição prevê a criação e a regulamentação uma nova carreira, denominada de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, reservando aos respectivos agentes as seguintes atribuições: I - atuação na inspeção e segurança aeroportuário em conformidade com a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; II - inspeção de segurança a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam por em risco os tripulantes, passageiros ou a própria aeronave, bem como aqueles que sejam nocivos à saúde; III - atuação nos embarques nacionais, internacionais, terminais de carga e pátios das aeronaves; IV ? operação de aparelhos de raios-X; V - inspeção de bagagens; VI - controle no fluxo de passageiros às áreas de embarque; e VII - controle de funcionários através de credenciais por meio eletrônico.

Propõe, também, o autor do PL, que a carga horária de trabalho de um APAC, seja fixada em seis horas, fixa piso salarial e determina que o exercício da profissão de APAC deva se submeter a prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

As atribuições da carreira que se pretende criar invadem esfera de competência do Estado, a quem cabe exercer, com exclusividade, o poder de polícia e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, razão pela qual há vício de iniciativa, uma vez que, ao dispor sobre matéria de competência de órgãos e agências federais, invade esfera de iniciativa reservada ao Presidente da República.

No mérito, o PL é rigorosamente desnecessário, uma vez que as atribuições da carreira proposta já são exercidas por servidores públicos federais e por aeroviários devidamente autorizados (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos e de infraestrutura aeroportuária, cuja profissão é regulada pelo Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962).

modificado em 28/09/2015 às 16:38

PL 7944/2010

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator: Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB)

Status: encerrado

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

Cria entidade para a gestão dos negócios e trabalho dos aeronautas
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

modificado em 28/09/2015 às 16:29

O que é

Cria o ?Conselho Especial para Gestão dos Negócios e Trabalho de Aeronautas?, pessoa jurídica de direito privado, entidade não integrante da Administração Pública, a quem competirá a gestão de negócios referentes aos direitos, deveres, recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal destinado ao exercício da profissão de aeronauta.

modificado em 28/09/2015 às 16:29

Situação

CD - CTASP, Aguardando parecer do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
modificado em 28/09/2015 às 16:29

Nossa Posição

DIVERGENTE

O PL cria, equivocadamente, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. O equívoco está em que uma entidade privada não vinculada à Administração Pública não deve ser criada por lei, mas sim de mediante registro junto aos cartórios e órgãos competentes por parte dos interessados na sua instituição. Além disto, o PL, ao fixar atribuição para a Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC, invade matéria cuja iniciativa é reservada, com exclusividade, ao Presidente da República.

modificado em 28/09/2015 às 16:29